

FEAM	
PROTOCOLO Nº <u>205343/2003</u>	60
DIVISÃO: <u>D.urb. 102/12/03</u>	FL. Nº
MAT.: <u>—</u>	VISTO: <u>g.zeve</u>

Parecer Técnico DIURB Nº 089/2003
Processo COPAM 1232/2002/001/2002

FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE

PARECER TÉCNICO

Empreendedor: Santa Rosa Empreendimentos Ltda.
Empreendimento: Loteamento
Atividade: Parcelamento do solo
Localização: Bairro das Acácias
Endereço (do empreendedor): Av. Barbacena, 504 – Barro Preto - BH
Município: Santa Luzia – MG
Referência: Auto de Infração 971/2002

RESUMO

Em conjunto com o IGAM, CREA/MG e SEMAD, a FEAM realizou em 19/4/2002 vistoria na área de implantação do loteamento Vale das Acácias, no município de Santa Luzia/MG, onde foi constatada a implantação parcial do empreendimento com a abertura do sistema viário (sem pavimentação), as redes de distribuição de energia elétrica e de telefonia, além da demarcação de lotes, construção e ocupação de unidades residenciais.

O loteamento Vale das acácias, com uma área de 27 ha, encontra-se num local denominado Bicas do Padre Miguel Eugênio, no município de Santa Luzia e, em conformidade com o termo de aprovação de projeto de parcelamento de solo concedido, em 26/11/1996, pela Prefeitura Municipal de Santa Luzia, situa-se em zona urbana do município e dará origem a 480 lotes, distribuídos em 14 quadras, sendo também reservadas áreas verdes e institucionais.

Em 25/05/2002, com fundamento no art. 19 & 2º inciso 1, decreto Nº 39.424, de 05 de fevereiro de 1998, foi encaminhado a Santa Rosa Empreendimentos Ltda., proprietária e responsável pela implantação do empreendimento, o Auto de Infração nº 971/2002 por: *instalar, construir, testar ou ampliar atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente sem licença de instalação.*

Em 25/06/2002, o empreendedor protocolou na FEAM, tempestivamente, sua defesa referente ao Auto de Infração lavrado.

O Auto de Infração 971/2002 gerou o Processo COPAM 1232/2002/001/2002 que, com base em Pareceres Técnico e Jurídico, resultou na aplicação de multa, no valor R\$ 3.193,36 pela CIF/ COPAM..

O presente parecer apresenta a análise do Pedido de Reconsideração da penalidade aplicada.

Divisão de Projetos Urbanísticos e Infra-Estrutura de Transporte - DIURB		Diretoria de Monitoramento e Infra-Estrutura - DIREM
Autores: Maria Elizabeth da Silva	Gerente: Benerval A. Laranjeira Filho	Diretor: Alice Beatriz Pereira Soares
Assinaturas: <u>me Silva</u>	Assinatura: <u>B. Laranjeira</u>	Assinatura: <u>Alice Soares</u>
Data: <u>28.11.03</u>	Data: <u>2.12.2002</u>	Data: <u>09.12.03</u>

Alice Beatriz Pereira Soares
Diretora de Infra-Estrutura e Monitoramento

INTRODUÇÃO

Este Parecer Técnico decorre da apresentação de Pedido de Reconsideração da penalidade de R\$ 3.193,36 reais, aplicada pela CIF/COPAM, em reunião ocorrida em 24-04-2003, referente à infração apontada pelo Auto de Infração n.º 971/2002.

A empresa Santa Rosa Empreendimentos foi autuada como incurso no item I do & 2º do artigo 19, do decreto N.º 39.424/98, por ter cometido a seguinte irregularidade: "o loteamento teve sua implantação iniciada há cerca de 7 anos, não possuindo a pertinente licença de instalação do COPAM, de forma que verificou-se a abertura do sistema viário sem pavimentação, a demarcação de lotes, construção e ocupação de unidades residenciais e instalação da rede de distribuição de energia elétrica".

O processo encontra-se formalizado e instruído com a documentação exigível. Tempestivamente, a empresa apresentou sua defesa, alegando em síntese que:

- Não é de sua obrigação fornecer escolas para a comunidade do bairro, tampouco implantar sistema de abastecimento de água e tratamento de esgotos;
- A responsabilidade pelo surgimento de três casos de dengue na região não pode ser imputado a empresa;
- O loteamento foi regularmente aprovado por todos os órgãos públicos, Federal, Estadual e Municipal;
- Conforme parecer do IEF, a área que se construiu o loteamento Vale das Acácias, não é área de preservação ambiental e que a área foi urbanizada, dando origem ao loteamento através de alvará de urbanização;
- À época da implantação do loteamento não existia o decreto 39.424/98 e, ainda que este já estivesse vigorando, não houve afrontamento ao meio ambiente;
- Não foi especificada qual irregularidade cometida pela empresa."

O Parecer Técnico de fis. 39/42 (DIURB N.º 005/2003) emitido em 17/02/03 informa em síntese, que após análise da defesa conclui-se que as alegações apresentadas não descaracterizam a infração cometida, uma vez que as obras de implantação do empreendimento tiveram início sem a obtenção da licença de instalação.

Após a análise da defesa protocolada em tempo hábil, pelo empreendedor para o citado Auto de Infração, concluiu-se que as alegações apresentadas neste documento, não descaracterizam a infração cometida, uma vez que as obras de implantação do empreendimento tiveram início sem a obtenção da licença de instalação.

Diante do exposto o Parecer Técnico foi submetido às considerações da Presidência da FEAM, ouvida a Assessoria Jurídica, sugerindo-se a manutenção do Auto de Infração N.º 971/2002 e a convocação da autuada para o Licenciamento Ambiental do empreendimento, em caráter corretivo.

A Assessoria Jurídica, mediante a validade do Auto de Infração, o qual apresenta todos os aspectos formais legalmente previstos, bem como descreve com propriedade a infração cometida, entendeu que a empresa não apresentou argumentos jurídicos capazes de descaracterizar a infração cometida e sugeriu a aplicação de uma multa no valor de R\$ 3.193,36, de acordo com artigo 1º, inciso II, alínea a da DN 27/98, alterada pela DN 64/03, c/c artigo 2º, & 1, inciso I daquela.

A Santa Rosa Empreendimentos Ltda já devidamente qualificada nos autos do processo COPAM/SE/PA/N.º 1232/2002/001/2002, por seus procuradores, infra assinados, inconformada com a decisão do Presidente da FEAM em lhe aplicar a penalidade de multa decorrente do Auto de Infração N.º 971/2002, tempestivamente, apresentou contra aquela decisão o seu Pedido de Reconsideração com fundamento no art. 32 do decreto 39.424/98.

Rubrica do Autor

mgilho

Parecer Técnico DIURB N.º 089/2003
Processo COPAM N.º 1232/2002/001/2002



DISCUSSÃO

O pedido de reconsideração, protocolado em 4-07-2003, sob o n.º 043184/2003, que faz parte deste processo, está embasado nas seguintes afirmações:

- Nos termos do inciso I, do artigo 16, da Lei Nº 7.772, de 8 setembro de 1980, e no artigo 18, inciso I do Decreto Nº 39.424/98 e considerando que não houve dano efetivo ao meio ambiente, antes de qualquer aplicação de penalidade da multa, a recorrente argumenta que somente poderá receber, ressalvados os outros argumentos da defesa, a penalidade de advertência.

- De acordo com a data da vistoria (19/04/02) e a data da lavratura do Auto de Infração Nº 971/2002, ora impugnado (27/05/02), verifica-se que ocorreu um interregno de mais de um mês. Sendo assim, caso realmente existisse motivação administrativa para autuar os responsáveis pelo fato descrito naquele auto de fiscalização, o fiscal deveria ter lavrado, de imediato, o Auto de Infração, como determina o inciso III do art. 16 do Decreto Nº 39.424/98.

- Trata-se de um Auto de Infração em um ato administrativo inválido quanto aos seus efeitos, considerando que a administração deve atuar sob a lei e com intuito único de implementar os objetivos dela, é viciado todo e qualquer comportamento administrativo que ofenda, que a desconheça ou se desencontre com as finalidades por ela traçadas.

- A legislação aplicável ao presente caso é a Resolução CONAMA 01/86, a qual isenta a recorrente da obrigação de requerer licenciamento ambiental junto ao COPAM, para instalação do empreendimento, pelo fato do empreendimento denominado Vale das Acácias, possuir um tamanho bastante inferior a 100 ha, além de não existir nenhum interesse ambiental relevante na área do loteamento, localizado no município de Santa Luzia.

- O Auto de Infração Nº 971/2002 ora impugnado, que constatou como suposta infração o fato de a recorrente não possuir licença de instalação, está eivado de nulidade, pois falta-lhe fundamento legal.

- A autuação se deu em conformidade com o Decreto Nº 39.424 de 05-02-98 que altera e consolida o Decreto Nº 21228 de 10-03-1981, que regulamenta a Lei Nº 772 de 08-09-1980. No entanto, não houve alteração na tipificação da infração considerada por "instalar, construir, testar ou ampliar atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente" sem a Licença de Instalação."

A argumentação apresentada pelo empreendedor no Pedido de Reconsideração não justifica ou atenua a infração cometida, por construir o loteamento sem a Licença de Instalação, pois, conforme a Deliberação Normativa COPAM Nº 01 de 22-03-1990, são passíveis de licenciamento pelo sistema FEAM/COPAM os loteamentos, exclusiva ou predominantemente residenciais, com área total superior a 25 ha. O empreendimento em questão compreende uma área de 27 há e estava em implantação na ocasião da vistoria realizada em 19/04/2002.

A argumentação apresentada no Pedido de Reconsideração enfoca, sobretudo, aspectos legais relativos, ao empreendimento e à aplicação do Auto de Infração, devendo ser analisada no Parecer Jurídico da FEAM.

CONCLUSÃO

Para concluir, este Parecer é pela manutenção da penalidade aplicada, pois é o pedido de reconsideração não apresentou qualquer fato novo que justifique ou atenua a infração apontada no Auto de Infração n.º 971/2002, devendo ser ouvida a Procuradoria Jurídica da FEAM quanto aos aspectos legais citados no Pedido de Reconsideração.

Rubrica do Autor

Melissa

FEAM	
PROTOCOLO Nº <u>205343/2003</u>	
DIVISÃO: <u>200h</u>	
MAT.: <u>0212</u> VISTO: <u>[assinatura]</u>	

FUND. ESTADUAL
MEIO AMBIENTE

Parecer Técnico DIURB Nº 089/2003
Processo COPAM Nº 1232/2002/001/2002

feam

FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE

FEAM	
PROTOCOLO Nº	403484/06
DIVISÃO	220 17 07 06
MAT.	— VISTO: Kellen

68
FUND. ESTAD. DO MEIO AMBIENTE

Processo nº 1232/2002/001/2002

Ref: Pedido de Reconsideração relativo ao Auto de Infração nº 971/2002

Apresentado por Santa Rosa Empreendimentos Ltda.

PARECER JURÍDICO

1) RELATÓRIO

1 – A empresa Santa Rosa Empreendimentos Ltda., foi multada pelo Presidente da FEAM, em 24/04/2003, no valor de R\$ 3.193,36, pela seguinte irregularidade: *"O loteamento teve sua implantação iniciada há cerca de 7 anos, não possuindo a pertinente Licença de Instalação do COPAM. Verificou-se a abertura do sistema viário sem pavimentação, a demarcação de lotes, construção e ocupação de unidades residenciais e instalação da rede de distribuição de energia elétrica."*, infração tipificada como grave.

2 – O processo encontra-se formalizado e instruído com a documentação exigível. A empresa foi devidamente notificada da decisão de aplicação da multa, através do OF/COPAM/FEAM/Nº499/2003, consoante o AR juntado aos autos. Tempestivamente, a empresa apresentou seu Pedido de Reconsideração, alegando que:

- tendo em vista que não houve dano efetivo ao meio ambiente, somente poderá receber uma advertência, conforme preceitua a Deliberação Normativa COPAM 61/02, que estabelece as hipóteses legais em que se permite a aplicação da penalidade;
- ao não lavrar o Auto de Infração na data da vistoria, o fiscal reconheceu que não havia motivação administrativa para a sua lavratura, pois não poderia ter lavrado o Auto em momento posterior, uma vez que a ordem legal é de lavratura imediata;
- no presente caso, não há a necessidade de se obter o licenciamento ambiental junto ao COPAM. À época da autuação, a legislação aplicável era a resolução CONAMA 01/86, que estabelece que os projetos urbanísticos acima de 100 hectares serão passíveis de licenciamento ambiental, e o empreendimento em questão possui um tamanho bastante inferior a 10 hectares.

Requer então, o arquivamento do Auto de Infração nº 971/2002.

3 – O Parecer Técnico de fls. 60/62, informa que as argumentações apresentadas não justificam ou atenuam a infração cometida, pois o loteamento foi construído sem a Licença de Instalação. A DN COPAM 01/90 determina que *"são passíveis de licenciamento pelo sistema FEAM/COPAM os loteamentos, exclusiva ou predominantemente residenciais, com área total superior a 25 ha."* O empreendimento compreende uma área de 27 ha. Por fim, sugere que a aplicação da penalidade seja mantida.

4 – Do ponto de vista jurídico, as alegações apresentadas pela empresa no Pedido de Reconsideração são insubsistentes para descaracterizar a infração cometida. O Auto de Infração é perfeitamente válido, não havendo qualquer vício que pudesse causar a sua nulidade. O fato de o Auto ter sido lavrado em momento posterior não o torna sem efeitos de maneira alguma. O Decreto 39.424/98, no seu art. 16, inciso III determina que os agentes fiscais deverão *"lavrado de imediato o auto de fiscalização e o de infração, se for o caso, fornecendo cópia ao autuado, contra recibo."* Ou seja, não há a obrigatoriedade de lavrar o Auto de Infração no momento em que

DL



a fiscalização. A norma dá a faculdade de lavra-lo em momento posterior. A obrigatoriedade é de lavrar o Auto de Fiscalização imediatamente. No presente caso constata-se que todos os requisitos foram cumpridos. Foi lavrado um Auto de Fiscalização no momento em que a mesma foi realizada.

No que concerne à aplicação da advertência, a autuada não tem razão. A infração em questão realmente enquadra-se entre aquelas passíveis da aplicação de advertência. Entretanto, a DN COPAM 61/02 é bem clara ao dispor no parágrafo único do seu art. 1º que **"Desde que não importem em danos efetivos ao meio ambiente serão passíveis de advertência as infrações tipificadas pelos itens 1 e 2, do parágrafo 1º e 1, 2 e 3 do parágrafo 2º do artigo 19 do Decreto Estadual 39.424, de 5 de fevereiro de 1998."**

Esta Procuradoria, em 18/05/2004 questionou à DIURB se a houve dano ambiental decorrente da infração, uma vez que a mesma enquadrava-se entre as passíveis da aplicação de advertência, pelo fato de o infrator não ter antecedentes.

Em 15/04/2005 foi enviado o memorando MEMO/DIURB/Nº 022/2005 pela Gerente da Divisão, Dra. Regina Lúcia Medeiros de Souza, informando que o empreendimento Vale das Acácias foi implantado sem o devido licenciamento ambiental, causando vários danos ambientais na área onde foi instalado. Foi informado que, *"como dano ambiental gerado pelo empreendimento, verificou-se que a vegetação nativa da área foi suprimida para a implantação do loteamento, sendo que este tem provocado pressão antrópica ao remanescente florestal do entorno."* Ou seja, como foi caracterizado o dano ambiental causado pela implantação do empreendimento, não há a possibilidade da aplicação da penalidade de advertência.

Quanto ao licenciamento, vale esclarecer que, conforme explanado pelo Parecer Técnico, a norma estadual vigente era a DN COPAM 01/90, que determinava que *"são passíveis de licenciamento pelo sistema FEAM/COPAM os loteamentos, exclusiva ou predominantemente residenciais, com área total superior a 25 ha."* Como o empreendimento possui 27 ha, era considerado como passível de licenciamento nos termos da DN COPAM 01/90.

A DN COPAM 74/04, publicada em 09 de setembro de 2004, revogou a DN COPAM 01/90, e estabelece no seu art. 1º, que *"Os empreendimentos e atividades modificadoras do meio ambiente sujeitas ao licenciamento ambiental no nível estadual são aqueles enquadrados nas classes 3, 4, 5 e 6 (...)"*. De acordo com esta Deliberação Normativa, o empreendimento é de porte médio e classe 3, sendo passível de licenciamento. Sendo assim, a infração restou plenamente caracterizada.

Ressaltamos que à época da infração, o empreendimento era de porte pequeno, conforme o disposto na DN COPAM 01/90. Com o advento da DN COPAM 74/04, que revogou a DN COPAM 01/90, o empreendimento passou a ser de porte médio e classe 3. Acrescenta-se o fato de que ainda não houve decisão administrativa definitiva no presente processo. Desta forma, de acordo com o disposto com o artigo 17, inciso II, da DN 74/04, a aplicação da multa poderia ser de acordo com o porte médio, majorando o valor.

Entretanto, de acordo com o princípio da *"reformatio in pejus"* isto não poderá ocorrer, pois não se pode reformar a decisão se for para prejudicar a autuada. Sendo assim, o valor da multa deverá continuar o mesmo.

II) CONCLUSÃO

Isto posto, considerando que a autuada não apresentou ponderações jurídicas, capazes de alterar ou modificar a decisão, remetemos os autos ao Presidente da FEAM, recomendado o



indeferimento do Pedido de Reconsideração, sendo mantida a multa aplicada anteriormente, no valor de R\$ 3.193,36.

É o parecer, s.m.j.

Belo Horizonte, 12 de julho de 2006.

Denise Bernardes Couto
Consultora Jurídica
OAB/MG 87.973